

Caríssimo(a) Associado(a),

É com muita satisfação que apresento o livro do grupo de trabalho **Sociologia, Antropologia e Cultura Jurídicas** do XXI Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), entre 31 de outubro e 03 de novembro de 2012.

Novamente inovamos ao transformar os antigos anais de nossos Encontros e Congressos em livros específicos para cada grupo de trabalho (GT). Tal iniciativa deveu-se à proposta desta diretoria visando o fortalecimento dos GTs, ratificada pelos associados e coordenadores dos programas em diversos espaços, principalmente no Fórum dos Coordenadores e na Assembleia Geral do XXI Encontro Brasileiro, realizados no primeiro de semestre de 2012, em Uberlândia.

O fortalecimento dos GTs integra um plano mais ambicioso de nossa comunidade científica no sentido do aprimoramento dos critérios de avaliação e internacionalização de eventos, de maior aproximação entre a academia e o cotidiano forense e, sobretudo, do crescimento ordenado e qualificado da pós-graduação estrito senso em Direito, no Brasil.

Em Niterói ultrapassamos a importante marca de 1.700 artigos submetidos a nosso sistema *Publica Direito*, com a participação direta de mais de 70 programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC. Mais uma vez centenas de trabalhos foram aceitos, sendo outros tantos infelizmente preteridos devido à crescente concorrência para os GTs, que em alguns casos foram divididos pela grande procura e qualidade dos trabalhos.

Aproveito para agradecer aos cerca de 200 professores-doutores que participaram de mais de 3.500 avaliações por intermédio do *double blind peer review* do sistema *Publica Direito*. Sem seu comprometimento e seriedade nosso Congresso seria inviável. Também gostaria de registrar que as diversas sugestões encaminhadas em 2012 foram analisadas e já resultaram em importantes aprimoramentos do nosso sistema de avaliação, a ser inclusos nos eventos de 2013.

No Congresso de Niterói restou evidente o expressivo resultado da área do Direito nos últimos anos. Tenho certeza de que chegaremos à avaliação trienal deste ano de forma

muita mais sólida e próxima das chamadas “áreas duras”, pois nossas publicações qualificaram-se e resultam mais impactantes, a produção migra para a indexação e a inserção internacional já é uma realidade.

Festejamos no último Congresso o lançamento da tão esperada terceira edição da *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal of Law)* – a RDB –, publicação semestral oficial do CONPEDI, que agora receberá a primeira avaliação da comissão *Qualis* do Comitê de Área. Queremos partilhar tal conquista – independente deste primeiro resultado – com cada associado, com nossos parceiros neste projeto e, em especial, com os pesquisadores, professores e alunos, brasileiros e estrangeiros, que acreditaram e contribuíram para a nova revista mesmo antes da primeira avaliação, sem conhecer, portanto, sua classificação e pontuação.

No Congresso ainda lançamos o primeiro volume de *Educação Jurídica*, pela Editora Saraiva. A obra resultou de uma parceria entre o CONPEDI e a Comissão de Educação Jurídica da OAB Federal – antiga Comissão de Ensino Jurídico –, a Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDI) e a Federação dos Pós-graduandos em Direito (FEPODI), contando ainda com o apoio da CAPES/MEC e CNPq/MCT.

Quero registrar que a organização deste livro foi uma das realizações mais prazerosas de minha gestão. O relevante conceito de educação jurídica – como temos debatido, pelo menos, nos três últimos eventos do CONPEDI – é fundamental para melhorar a graduação e aprimorar ainda mais a pós-graduação em Direito no país. Agradeço a todos, autores e instituições, que contribuíram para a conclusão deste primeiro volume, que certamente terá continuidade.

Durante o Congresso recebemos importantes professores e pesquisadores de universidades estrangeiras, alguns que já participaram dos nossos eventos e programas, e outros que compareceram pela primeira vez: dr. Baldomero Olivier Leon, da Universidade de Granada; dr. Carlos Garriga, da Universidade do País Basco; dr. John Vervaele, da Universidade de Utrecht; dr. Leon Villalba, da Universidade de Castilla La Mancha; dr. Ricardo Sanin, da Universidade de Caldas; dr. Fernando Galindo, da Universidade de Zaragoza, e dr. Gaetano Peccora, da Universidade Livre Internacional de Estudos Sociais.

Agradecemos a todos pela significativa contribuição e desejamos que seu comparecimento frutifique em novos eventos e convênios internacionais, e, sobretudo, em parcerias de publicações com os programas brasileiros. Neste particular ressaltamos que pretendemos intensificar a parceria entre o CONPEDI e os programas associados, para que os palestrantes participem não somente dos nossos eventos mas de todos os programas em Direito.

É oportuno lembrar que durante o Congresso foi debatida uma série de temas relevantes: 1) constitucionalismo, jurisdição constitucional e o protagonismo do STF, 2) o novo constitucionalismo latino-americano, 3) o programa *Ciência sem Fronteiras*, do CNPq, 4) o novo currículo Lattes, com uma oficina prática, 5) educação jurídica, 6) os desafios atuais da justiça penal e o novo Código Penal, 7) mestrado profissional no Direito, 8) o plano nacional de pós-graduação, 9) a justiça de transição no Brasil, 10) o Direito Civil constitucional e a autonomia privada, 11) os Direitos Humanos e a inclusão, e 12) o *Qualis* periódico e a classificação de livros, entre outros. Isso tudo, logicamente, dentro do tema central do Congresso – *O novo constitucionalismo latino-americano: desafios da sustentabilidade*.

Tivemos ainda nossa já tradicional exposição de pôsteres pelos graduandos em iniciação científica, o que entendemos fundamental não apenas para melhor preparar os futuros mestrandos, mas como forma de diálogo e contribuição da pós-graduação para a graduação. Outras iniciativas com este objetivo estão sendo planejadas e algumas já estarão na programação dos eventos de 2013.

Em Niterói também assinou-se oficialmente um termo de cooperação técnica com a Comissão Nacional da Verdade, em grande medida decorrente da Rede de Observatórios de Memória, Verdade e Justiça. Nos termos acordados, os programas do Direito poderão contribuir de forma mais direta nas ações da comissão, e abriremos em breve um cadastro dos programas que possuem grupos de pesquisa sobre o tema da justiça de transição.

Com relação ao IPEA, cumpre anunciar que participaremos em 2013, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), em que o CONPEDI promoverá uma mesa-redonda sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de

artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados entre os que serão publicados numa coletânea resultante desta parceria.

Por fim registramos que, nos próximos eventos, tanto em Curitiba como em São Paulo, será utilizado o novo formato de publicação em livro, pelo que esperamos, com responsabilidade, o reconhecimento de mais este significativo esforço da nossa comunidade.

Niterói, novembro de 2012.

Vladmir Oliveira da Silveira  
Presidente do CONPEDI

## **Apresentação**

A publicação de uma coletânea de textos apresentados no XXI Congresso Nacional do CONPEDI que privilegia como enfoque metodológico a pesquisa empírica no campo de direito representa uma conquista importante, se levarmos em conta que há alguns pares de anos atrás, questiona-se o caráter jurídico de pesquisas empíricas que produzíamos.

Tomava-se como menos jurídicos os trabalhos que se debruçavam sobre questões empíricas e que faziam um esforço argumentativo na análise críticas dos dados levantados a partir da realidade das práticas judiciárias ou das representações sociais contidas nos discursos do campo, tanto o dos operadores, como o da lei e o da doutrina.

Com o objetivo de formar uma massa crítica de pesquisadores atentos e sensíveis a este tipo de questão, propusemos à direção nacional a criação do GT Cultura Jurídica e Práticas Judiciárias que começou a funcionar na reunião de Fortaleza, depois em Florianópolis, Belo Horizonte e em Vitória. Em Uberlândia, assim como na reunião de Niterói fomos reunidos ao GT Sociologia e Antropologia e continuamos o trabalho que já havia sido começado nas reuniões anteriores.

Assim, nas suas duas versões o grupo sempre teve o objetivo constituir um espaço de discussão voltado à observação das práticas judiciárias inseridas nas diversas culturas jurídicas e seus possíveis contrastes.

Para tanto foram privilegiados os trabalhos que tiveram como base de dados a observação empírica, produto de trabalho de campo, tanto do ponto de vista qualitativo quanto do ponto de vista quantitativo.

Foram privilegiados também os trabalhos que tiveram como objetivo explicitar as diversas representações de institutos jurídicos estrangeiros em sistemas jurídicos diversos. Tal proposta se justificou tendo em vista a exigência de pesquisa empírica no campo do direito brasileiro para que esta se enquadre às características exigidas pelos padrões acadêmicos atuais exigidos pelos órgãos de fomento gestores dos recursos que financiam acadêmica no país.

Com o propósito de promover a discussão e reflexão que enfoque questões relativas ao sistema jurídico assim como processo judicial e ao acesso a justiça frente, no que tange às práticas judiciárias especialmente frente ao paradigma do Estado Democrático de Direito

e da cidadania universal pretendeu-se enfatizar o contraste entre dados empíricos provenientes da observação de diversas culturas jurídicas, contextualizando a discussão nos distintos panoramas históricos e culturais. Visou-se dar ênfase ao contraste possível entre as concepções, representações e práticas brasileiras e as oriundas de outros contextos históricos e culturais.

Durante os trabalhos pretendeu-se, ainda, aproximar os participantes de pesquisas empíricas feitas no campo do direito acerca dos diversos temas tratado, buscando-se desenvolver um olhar menos normativo e mais compreensivo acerca do saber e das práticas jurídicas na cultura jurídica brasileira, bem como em outras culturas diversas.

Posteriormente às discussões metodológicas, o grupo enfrentou problemáticas relativas às relações entre a história de nossa organização judiciária e de nossas práticas processuais cotidianas.

Concluindo, é importante deixar registrados que são vários os frequentadores do GT que nos acompanham nas consecutivas reuniões demonstrando um amadurecimento importante no que concerne à inédita proposta deste GT.

Parabéns a todos que colaboraram com a edição desta coletânea!

Coordenadores do Grupo de Trabalho

**Professora Doutora Regina Lucia Teixeira Mendes – UGF**

**Professor Doutor Fábio Reis Mota – UFF**

**Professor Doutor Luís Roberto Cardoso de Oliveira – UnB**